

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, do Banco Bradesco BBI S.A. (Bradesco BBI), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco BBI, Banco de Investimento da Organização Bradesco, assessora clientes em emissões de ações, operações de fusões e aquisições, estruturação e distribuição de instrumentos de dívidas, incluindo debêntures, notas promissórias, CRIs, fundos imobiliários, FIDCs e *bonds* no Brasil e Exterior, além de operações estruturadas de financiamento de Bradesco e financiamentos de projetos na modalidade *Project Finance*.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, o Bradesco BBI assessorou 106 transações em todos os produtos de *Investment Banking*, totalizando volume de R\$ 155,6 bilhões.

O Lucro Líquido registrado somou R\$ 706,4 milhões, correspondente a R\$ 142,68 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 9.122,1 milhões e Ativos Totais de R\$ 12.191,3 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
	2017	2016		2017	2016
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.057.868</b>	<b>2.352.213</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>472.228</b>	<b>285.647</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	6	126	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6c II)	339.124	67.456
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	1.559.754	837.259	Instrumentos Financeiros Derivativos	339.124	67.456
Aplicações no Mercado Aberto	385.471	168.428	OUTRAS OBRIGAÇÕES	133.104	218.191
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.174.283	668.831	Sociais e Estatutárias (Nota 14e)	8.155	112.927
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	865.098	635.585	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	51.904	39.904
Carteira Própria	561.336	522.488	Diversas (Nota 13b)	73.045	65.360
Vinculados ao Banco Central	-	680			
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c II)	300.562	109.584			
Vinculados à Prestação de Garantia	3.200	2.833			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	9	-	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>2.596.803</b>	<b>2.297.003</b>
Transferências Internas de Recursos	9	-	DEPÓSITOS	2.565.266	2.249.827
OUTROS CRÉDITOS	632.767	878.779	Depósitos Interfinanceiros (Nota 11a)	2.565.266	2.249.827
Rendas a Receber (Nota 7a)	499.078	510.362	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6c II)	15.002	20.164
Diversos (Nota 7b)	138.636	368.417	Instrumentos Financeiros Derivativos	15.002	20.164
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.947)	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.535	27.012
OUTROS VALORES E BENS	234	464	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	2.686	12.158
Despesas Antecipadas	234	464	Diversas (Nota 13b)	13.849	14.854
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>6.466.826</b>	<b>6.108.936</b>			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	5.937.017	5.832.707	<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	<b>149</b>	<b>215</b>
Carteira Própria	5.921.775	5.812.267	Resultados de Exercícios Futuros	149	215
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6C II)	15.242	20.440			
OUTROS CRÉDITOS	529.809	276.229	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)</b>	<b>9.122.118</b>	<b>7.911.704</b>
Rendas a Receber (Nota 7a)	1.397	1.295	Capital:		
Diversos (Nota 7b)	528.412	274.934	- De Domiciliados no País	4.870.000	4.870.000
<b>PERMANENTE</b>	<b>2.666.604</b>	<b>2.033.420</b>	Reserva de Capital	561.091	561.091
INVESTIMENTOS	2.660.644	2.028.678	Reservas de Lucros	4.129.823	2.985.564
Participações em Coligadas e Controladas:			Ajustes de Avaliação Patrimonial	(438.796)	(504.951)
- No País (Nota 8a)	2.660.243	2.028.277			
Outros Investimentos (Nota 8b)	707	707			
Provisões para Perdas (Nota 8b)	(306)	(306)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	4.840	3.855			
Imóveis de Uso	991	991			
Outras Imobilizações de Uso	9.791	7.833			
Depreciações Acumuladas	(5.942)	(4.969)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	1.120	887			
Ativos Intangíveis	1.913	1.384			
Amortização Acumulada	(793)	(497)			
<b>TOTAL</b>	<b>12.191.298</b>	<b>10.494.569</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12.191.298</b>	<b>10.494.569</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>513.154</b>	<b>846.675</b>
Operações de Crédito	39	21
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	610.515	966.628
Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c IV)	(97.400)	(119.974)
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(152.532)</b>	<b>(153.153)</b>
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	(148.587)	(153.153)
Operações de Empréstimos e Repasses	(8)	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.937)	-
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>360.622</b>	<b>693.522</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>386.713</b>	<b>377.065</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	432.240	408.970
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(78.929)	(60.554)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(46.695)	(47.276)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(35.264)	(31.329)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	147.219	136.498
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	17.751	18.207
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(49.609)	(47.271)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>747.335</b>	<b>1.070.587</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21)</b>	<b>87</b>	<b>35</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>747.422</b>	<b>1.070.622</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 23a e b)</b>	<b>(41.033)</b>	<b>(712)</b>
Provisão para Imposto de Renda	(22.095)	8.327
Provisão para Contribuição Social	(21.958)	6.238
Ativo Fiscal Diferido	3.020	(15.277)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>706.389</b>	<b>1.069.910</b>
Número de ações (Nota 14a)	4.950.733.362	4.950.733.362
Lucro por lote de mil ações em R\$	142,68	216,11

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>747.422</b>	<b>1.070.622</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos</b>	<b>(559.298)</b>	<b>(559.298)</b>
Depreciação e Amortização	680	530
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(147.219)	(136.498)
Constituição/(Reversão) de Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	(1.235)	450
Perda na Venda de Imobilizado de Uso	-	54
Provisão de Dividendos a Receber	(361.601)	(423.834)
Provisão Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	3.937	-
<b>Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>241.984</b>	<b>511.324</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(307.187)	(668.831)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	89.954	120.441
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	15	-
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(6.912)	123.939
Aumento em Depósitos	148.587	153.153
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(47.787)	(365.278)
Aumento em Resultados de Exercícios Futuros	34	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(26.090)	(101.959)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>92.598</b>	<b>(227.211)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.384)	(840)
Aquisição de Intangível	(319)	(203)
Alienação e Juros Recebidos de Títulos Disponíveis para Venda	-	12.548
Alienação de Imobilizado de Uso	-	4
Aumento de Capital em Controlada	-	(160.078)
Dividendos Recebidos	533	96
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(1.170)</b>	<b>(148.473)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:</b>		
Aumento de Capital por Subscrição	-	331.500
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>331.500</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>91.428</b>	<b>(44.184)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	294.049	212.738
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	385.477	168.554
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>91.428</b>	<b>(44.184)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" ou "Instituição") é uma Instituição Financeira, que tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórios inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financeiro e investimento, e de crédito imobiliário), inclusive câmbio e administração de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, seguindo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

**2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.

**3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

**b) Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 4.

**d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentadas na Nota 5.

**e) Títulos e valores mobiliários**

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados no valor justo de mercado de operadores de mercado, significativos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa subjetiva por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

**f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, a liquida dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

**g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos, valores mobiliários e atualização monetária sobre depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil								
Eventos	Capital Social	Reserva de Capital Agio por Subscrição de Ações	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária	Próprias	Controladas		
<b>Saldos em 31.12.2015</b>	<b>4.537.929</b>	<b>561.662</b>	<b>259.700</b>	<b>1.666.118</b>	<b>264</b>	<b>(92)</b>	<b>264</b>	<b>7.025.581</b>
Aumento de Capital por Subscrição - AGO/AGE de 25.4.2016	331.500	-	-	-	-	-	-	331.500
Aumento de Capital com Reserva	571	(571)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(505.041)	(82)	-	(505.123)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	1.069.910	1.069.910
Destinações: - Reservas	-	-	53.496	1.006.250	-	-	(1.059.746)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
- Propostos	-	-	-	-	-	-	(10.164)	(10.164)
<b>Saldos em 30.6.2016</b>	<b>4.870.000</b>	<b>561.091</b>	<b>313.196</b>	<b>2.672.368</b>	<b>(505.133)</b>	<b>182</b>	<b>-</b>	<b>7.911.704</b>
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>4.870.000</b>	<b>561.091</b>	<b>349.517</b>	<b>3.080.628</b>	<b>(279.063)</b>	<b>77</b>	<b>-</b>	<b>8.582.250</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(160.365)	555	-	(159.810)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	706.389	706.389
Destinações: - Reservas	-	-	35.319	664.359	-	-	(699.678)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
- Propostos	-	-	-	-	-	-	(6.711)	(6.711)
<b>Saldos em 30.6.2017</b>	<b>4.870.000</b>	<b>561.091</b>	<b>384.836</b>	<b>3.744.987</b>	<b>(439.428)</b>	<b>632</b>	<b>-</b>	<b>9.122.118</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 23.

**h) Despesas antecipadas**

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

**i) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos investimentos em empresas coligadas e controladas estão apresentadas na Nota 8.

**j) Imobilizado**

São representados aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano, e móveis e utensílios - 10% ao ano e sistema de processamento de dados, comunicação e segurança - 20% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 9.

**k) Intangíveis**

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com esta finalidade.

É composto por *software*, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2017			2016	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)
<b>Títulos para negociação (2)</b>	<b>561.333</b>	<b>300.562</b>	-	<b>18.442</b>	<b>880.337</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	3.200	3.200
Ações	476.582	-	-	-	476.582
Debêntures	16.959	-	-	16.959	16.959
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	300.562	-	15.242	315.804
Letras do tesouro nacional	13.002	-	-	-	13.002
Outros	54.790	-	-	54.790	59.892
<b>Títulos disponíveis para venda (3)</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.921.775</b>	<b>5.921.778</b>
Ações (4)	3	-	-	5.921.775	5.921.778
<b>Total em 2017</b>	<b>561.336</b>	<b>300.562</b>	<b>-</b>	<b>5.940.217</b>	<b>6.802.115</b>
<b>Total em 2016</b>	<b>522.488</b>	<b>-</b>	<b>109.584</b>	<b>5.836.220</b>	<b>7.535.792</b>

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do semestre o Bradesco BBI possuía R\$ 561.333 mil (2016 - R\$ 522.488 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante, exceto os instrumentos financeiros derivativos;

(3) Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a administração não realizou testes de *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda; e

(4) As ações classificadas como disponível para venda no realizável a longo prazo referem-se à ações preferenciais resgatáveis e não resgatáveis sem cotação em bolsa e o valor justo dessas ações é calculado por meio de modelo interno.

### c) Instrumentos financeiros derivativos

O BBI participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda e opções. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 (nova denominação da BM&FBOVESPA e da CETIP) e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, usando curvas de rendimento e o valor justo do ativo correspondente.

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de *swaps* registrados na B3 (nova denominação da BM&FBOVESPA e da CETIP) e derivativos embutidos de opções.

As operações envolvendo contratos futuros de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

#### I) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação

	2017		2016	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
<b>Contratos de opções</b>				
Compromissos de compra:	300.562	-	109.584	-
- Mercado Interfinanceiro	300.562	300.562	109.584	109.584
<b>Contratos de swap</b>				
Posição ativa:	38.978	-	41.478	-
- Moeda estrangeira	38.978	-	38.978	-
- IGP-M	-	-	2.500	-
Posição passiva:	38.978	-	41.494	-
- Moeda estrangeira	38.978	-	38.978	-
- IGP-M	-	-	2.516	16

#### II) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

	2017		2016	
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado
Ajuste a receber - <i>swap</i>	11.435	3.807	17.828	2.612
Prêmios e opções a exercer	300.562	-	109.584	-
<b>Total do Ativo em 2017</b>	<b>311.997</b>	<b>3.807</b>	<b>315.804</b>	<b>-</b>
<b>Total do Ativo em 2016</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>127.412</b>	<b>2.612</b>
Ajuste a pagar - <i>swap</i>	(11.222)	(3.780)	(17.588)	(2.576)
Prêmios de opções lançadas	(339.124)	-	(339.124)	(67.456)
<b>Total do Passivo em 2017</b>	<b>(350.346)</b>	<b>(3.780)</b>	<b>(354.126)</b>	<b>(67.456)</b>
<b>Total do Passivo em 2016</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(85.044)</b>	<b>(67.620)</b>

### 8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2017	2016	2017	2016
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	28.700	59.632	-	22.900	99.999994	6.066	59.632	48.154	6.066	5.592
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	1.090.000	1.715.207	972.586	-	100,000000	75.142	1.715.207	1.125.114	75.142	91.220
BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTVM	190.000	415.063	9.322	-	100,000000	44.023	415.063	349.812	44.023	18.440
Japira Holdings S.A. (1) (2)	896.314	1.760.259	2.962	-	0,271405	63.456	4.779	-	172	-
STVD Holdings S.A. (2)	-	-	-	-	-	-	-	4.922	-	208
Agora CTVM S.A.	284.000	465.562	13.674	-	100,000000	21.816	465.562	500.275	21.816	21.038
<b>Total</b>							<b>2.660.243</b>	<b>2.028.277</b>	<b>147.219</b>	<b>136.498</b>

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa na investida, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e

(2) Em 31 de outubro de 2016, o investimento da STVD Holding S.A., foi incorporado pela Japira Holdings S.A.

### b) Composição de outros investimentos

Títulos patrimoniais	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Títulos patrimoniais	401	401
Investimentos por incentivos fiscais	272	272
Ações	23	23
Obras de arte	11	11
<b>Subtotal</b>	<b>707</b>	<b>707</b>
Provisão para perdas	(306)	(306)
<b>Total</b>	<b>401</b>	<b>401</b>

### 9) IMOBILIZADO DE USO

Imóveis de uso:	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2017	2016
- Edificações	4%	961	(923)	38	76
- Terrenos	-	30	-	30	30
Instalações, móveis e equipamentos	10%	4.849	(2.666)	2.183	2.617
Sistema de processamento de dados, comunicação e segurança	20%	4.942	(2.353)	2.589	1.132
<b>Total em 2017</b>		<b>10.782</b>	<b>(5.942)</b>	<b>4.840</b>	<b>-</b>
<b>Total em 2016</b>		<b>8.824</b>	<b>(4.969)</b>	<b>3.855</b>	<b>-</b>

### 10) INTANGÍVEL

Corresponde a Gastos em Desenvolvimento de *Software*. O valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 1.120 mil (2016 - R\$ 887 mil) e amortização acumulada de R\$ 793 mil (2016 - R\$ 497 mil).

#### 11) DEPÓSITOS

a) Em 30 de junho de 2017 o valor correspondente a R\$ 2.565.266 mil (2016 - R\$ 2.249.827 mil), refere-se a Depósitos Interfinanceiros emitidos em 1º de setembro 2015, com vencimento em 1º de setembro de 2022, à taxa de juros de 108,40% do CDI.

b) **Despesas de captações**  
Representada pelas captações de depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 148.587 mil (2016 - R\$ 153.153 mil).

#### 12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

##### a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

##### b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

##### I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

##### II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistemas informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

##### III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

##### IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>665</b>	<b>6.102</b>	<b>8.738</b>
Constituições líquidas de reversões	267	(1.797)	-
Atualização monetária	36	-	260
Transferências	-	(2.892)	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2017 (Nota 13b)</b>	<b>968</b>	<b>1.413</b>	<b>8.998</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2016 (Nota 13b)</b>	<b>-</b>	<b>6.837</b>	<b>8.447</b>

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Bradesco BBI são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

#### c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são: a) Autuação de IRPJ e CSLL, relativo aos anos-bases de 2007 a 2013, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 383.076 mil (2016 - R\$ 220.866 mil); b) Autuação relativa à contribuição previdenciária sobre aportes em planos de previdência complementar e também sobre valores pagos a título de Participação dos empregados nos lucros e resultados - PLR no valor de R\$ 28.302 mil (2016 - R\$ 19.625 mil).

#### 13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

##### a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros	42.391	23.567
Impostos e contribuições a recolher	8.159	7.656
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 23e)	4.040	20.839
<b>Total</b>	<b>54.590</b>	<b>52.062</b>

##### b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisão para despesa de pessoal	31.849	8.380
Provisão para participação nos lucros e resultados	27.297	29.076
Provisão para pagamentos a efetuar	11.242	27.337
Provisão para contingências fiscais (Nota 12b) (1)	8.998	8.447
Outras contingências	4.217	-
Provisão para contingências cíveis (Nota 12b)	1.413	6.837
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 12b)	968	-
Outras	910	137
<b>Total</b>	<b>86.894</b>	<b>80.214</b>

(1) Conforme Carta - Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

#### 14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**  
O capital social no montante de R\$ 4.870.000 mil (2016 - R\$ 4.870.000 mil), totalmente subscrito e integralizado é dividido em 4.950.733.362 (2016 - 4.950.733.362) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

##### b) Reservas de capital

A reserva de capital refere-se ao ágio pago na subscrição de ações. É utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; e (iv) incorporação ao capital social.

##### c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
<b>Reservas de lucros</b>	<b>4.129.823</b>	<b>2.985.564</b>
- Reserva legal (1)	384.836	313.196
- Reserva estatutária (2)	3.744.987	2.672.368

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

### III) Contratos de opções e de swap - (Notional)

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	91 a 180 dias	181 a 360 dias
Contratos de opções	300.562	-
Contratos de <i>swap</i>	-	-
<b>Total em 2017</b>	<b>300.562</b>	<b>-</b>
<b>Total em 2016</b>	<b>-</b>	<b>114.600</b>

#### IV) Valores das receitas e das despesas líquidas

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Contratos de opções	(97.408)	(119.936)
Contratos de <i>swap</i>	8	(38)
<b>Total (Nota 6d)</b>	<b>(97.400)</b>	<b>(119.974)</b>

#### d) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Títulos de renda variável	524.086	934.612
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	71.401	28.507
Títulos de renda fixa	15.028	3.509
<b>Subtotal</b>	<b>610.515</b>	<b>966.628</b>
Resultado de operações com derivativos (Nota 6c IV)	(97.400)	(119.974)
<b>Total</b>	<b>513.115</b>	<b>846.654</b>

### 7) OUTROS CRÉDITOS

#### a) Rendas a receber

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Dividendos	422.498	427.112
Serviços prestados a receber	77.977	84.545
<b>Total</b>	<b>500.475</b>	<b>511.657</b>

#### b) Diversos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016



# Bradesco BBI

## Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 06.271.464/0001-19

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.400 mil (2016 - R\$ 5.300 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.600 mil (2016 - R\$ 3.000 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

#### Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Proventos.....	1.916	1.836
<b>Total .....</b>	<b>1.916</b>	<b>1.836</b>

#### Benefícios pós-emprego

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	2.423	1.300
<b>Total .....</b>	<b>2.423</b>	<b>1.300</b>

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

#### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
  - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
  - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

#### 23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

##### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....</b>	<b>747.422</b>	<b>1.070.622</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(336.340)	(481.780)

##### Efeito no cálculo dos tributos:

Participações em coligadas e controladas .....	66.249	61.424
Receitas não tributáveis líquidas de despesas indedutíveis (2) .....	227.603	418.354
Outros valores .....	1.455	1.290
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre.....</b>	<b>(41.033)</b>	<b>(712)</b>

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

(2) Refere-se substancialmente a dividendos recebidos de ações.

##### b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
<b>Impostos correntes</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(44.053)	14.565
<b>Impostos diferidos</b>		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias .....	3.020	(15.277)
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre.....</b>	<b>(41.033)</b>	<b>(712)</b>

##### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2017
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa .....	23.806	1.575	-	25.381
Provisões civis.....	1.176	1	810	367
Provisões fiscais.....	4.071	118	-	4.189
Provisão trabalhista.....	266	351	215	402
Provisão para desvalorização de bens não de uso .....	432	-	-	432
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos .....	130	-	-	130
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação .....	-	20.286	-	20.286
Provisão para pagamento sujeito à <i>transfer pricing</i> .....	9.173	7.473	9.173	7.473
Provisão para pagamento de participação nos lucros e resultados .....	24.190	5.538	20.468	9.260
Outros .....	4.198	471	2.127	2.542
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....</b>	<b>67.442</b>	<b>35.813</b>	<b>32.793</b>	<b>70.462</b>

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

**Banco Bradesco BBI S.A.**

Osasco - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BBI S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BBI S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2017
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	186.041	106.911	-	292.952
<b>Total dos créditos tributários (Nota 7b).....</b>	<b>253.483</b>	<b>142.724</b>	<b>32.793</b>	<b>363.414</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas (Nota 13a) .....</b>	<b>27.554</b>	<b>33</b>	<b>23.547</b>	<b>4.040</b>
<b>Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....</b>	<b>225.929</b>	<b>142.691</b>	<b>9.246</b>	<b>359.374</b>

#### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2017 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2017.....	8.447	4.076	12.523
2018.....	12.482	6.952	19.434
2019.....	12.509	6.886	19.395
2020.....	7.192	3.614	10.806
2021.....	3.271	2.993	6.264
Após 2021 .....	970	1.070	2.040
<b>Total .....</b>	<b>44.871</b>	<b>25.591</b>	<b>70.462</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somam R\$ 67.106 mil (2016 - R\$ 42.938 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários do BBI foram devidamente ativados.

#### e) Obrigações fiscais diferidas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos .....	-	16.864
Atualização de depósitos judiciais e outros.....	4.040	3.975
<b>Total .....</b>	<b>4.040</b>	<b>20.839</b>

#### 24) OUTRAS INFORMAÇÕES

##### a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BBI como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até o ano de 2015, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial, o qual poderão aderir os funcionários que preencherem os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

d) Não houve outros eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

#### A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães – Contador – CRC 1SP218369/O-0

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir certificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 25 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP252418/O-3